

## Urbanidade: digressão entre universidade e cidade

Um relato sobre os percursos e desvios técnicos de uma pesquisa  
sob o paradigma da Teoria Ator-Rede

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz um relato do processo de condução da pesquisa de doutorado ora em desenvolvimento, que tem como objeto a urbanidade por meio da integração socioespacial de espaços de fronteira de campi universitários. O interesse da pesquisa nasce de uma atividade técnica de planejamento de espaços universitários, aproxima-se de abordagens mais sociológicas, ao debruçar-se sobre a urbanidade como uma categoria de estudo do urbano e, nesse percurso, encontra uma série de incertezas e imprecisões próprias de uma “sociedade que escapa à nossa compreensão teórica e ao nosso domínio prático em mais inquietante medida que noutras épocas menos perplexas acerca de si própria” (INNERARITY, 2004/2009).

Essa narrativa pouco ortodoxa pode gerar algum estranhamento, pois aqui ficarão evidentes os caminhos tortuosos e desvios técnicos adotados no próprio desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, assumimos o paradigma proposto pela Teoria Ator-Rede (ANT), por meio do qual podemos afirmar que nenhuma produção do conhecimento é isolada, desprovida de mediações, desvios e traduções. Como já alertado, “os fatos são feitos”<sup>1</sup> (LATOIR, HERMANT, 1998/2006). Nesse sentido, acompanhar a sucessão de desvios realizados durante o desenvolvimento da investigação pode informar tanto quanto os próprios resultados que serão obtidos na futura conclusão da tese.

Como veremos, a ANT não esteve presente na construção da investigação desde o início e narrar o percurso utilizado até encontrar com a ANT ajuda-nos a evidenciar as contribuições que esse paradigma tem trazido para nossa investigação e, portanto, seu potencial para outras pesquisas que se debruçam sobre as relações socioespaciais no espaço urbano.

### ANTECEDENTES DA PESQUISA: MOTIVAÇÕES

O interesse pela investigação teve início a partir da atuação como arquiteta em uma universidade pública que tem seu campus localizado na região periurbana de uma cidade média do Nordeste brasileiro. Devido a essa localização, um misto de urbano e rural convivia nos arredores do campus, como se uma cidade estivesse ainda em formação. Assim, enquanto os carros driblavam bois, vacas e cavalos que eventualmente alternavam trajetos de terra batida e asfalto, uma cidade emergia a partir do estabelecimento não apenas da universidade, mas também da ocupação de outros grandes lotes institucionais ou de empreendimentos imobiliários.

---

<sup>1</sup> No francês, estabelece-se o paralelo entre “fait” (fato) e “fait” (feito), portanto, “les faits son faits”.

A sensação de insegurança nas vias e a persistência de comunidades marginalizadas eram mais algumas das problemáticas que nos chamavam atenção. Por isso, questionávamos como um planejamento universitário poderia contribuir na formação dessa cidade emergente, já que entendíamos o impacto que a própria universidade representava para sua localidade, bem como o papel social que essa instituição deveria desempenhar nas sociedades contemporâneas. De pronto, dada a nossa própria formação curricular, nossa atenção foi depositada nos espaços abertos do campus e nas possibilidades de criar situações de permanência, de encontros, de modo a promover o convívio entre os diferentes humanos que atuam na área envolvente, mas não se reconhecem, não se percebem.

As vias de entorno do campus eram utilizadas basicamente como conectores, a maioria sequer dispunha de passeio para pedestres. Por isso, pensávamos nos espaços abertos do campus como aqueles que potencialmente poderiam contribuir para adicionar complexidade de usos, significados, textura social para o entorno urbano. Entendíamos que isso era contribuir para urbanidade. Contudo, restava uma dúvida: será mesmo que uma intervenção físico-espacial, por bem-intencionada que fosse, seria efetivamente capaz de promover urbanidade? Já há uma vasta literatura a demonstrar como as imposições da forma urbana são menos determinantes quanto questões políticas, sociais e culturais... (RAMOS, 2004; REMY, VOYÉ, 1992/1994).

Enquanto ocupante de um cargo técnico, estávamos sempre sob as imposições das urgências, que não nos permitem elaborar reflexões eventualmente mais demoradas. Não satisfeita com respostas imediatas, aproveitamos a oportunidade de um doutorado para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados.

Para além do campus mencionado, uma vivência muito pessoal relacionada a uma cidade do interior do estado da Paraíba, Cuité, onde vive parte dos nossos familiares, despertava-nos o interesse no tema. Há alguns anos, aquela pequena cidade recebeu a implantação de um campus universitário, por ocasião de uma política de expansão do Ensino Superior no Brasil. Os contrastes sociais e espaciais entre universidade e cidade eram intensos, o que nos remetia, inevitavelmente ao tema da segregação socioespacial, bastante presente nos debates sobre campus universitário (LEFEBVRE, 1968; PORTAS, BARATA, 1968; ZERLANG, 1999). Semelhantemente a Cuité, mais de 170 outras cidades brasileiras (Ver Figura 1) – pequenas, médias e grandes – receberam campi universitários durante a primeira década do presente século, a maioria ocupando grandes lotes periféricos.

Como muitas outras pequenas cidades brasileiras, em Cuité há poucos espaços públicos para permanência e não há parques. A maioria das ruas da cidade ainda está em chão batido. Por isso, a partir do caso de Cuité, questionávamos como um campus universitário poderia contribuir em situações nas quais se torna o maior equipamento urbano da cidade, de modo a efetivamente cumprir a missão de extensão universitária por meio de seu espaço físico. No caso de Cuité, o campus está localizado em zona rural do município, acessível por estrada asfaltada a alguns minutos do tecido urbano. Em visitas posteriores, acabamos por saber que aquele campus é frequentado para piqueniques e prática de esportes. Assim, mesmo afastado e periférico, torna-se

um espaço aberto para a comunidade e uma espécie de ponto turístico da pequena cidade.

Figura 1 - Espacialização dos mais de 170 campi de Universidades Federais construídos entre 2004-2013, no Brasil.



Fonte: Levantamento realizado pela autora e desenhado a partir do *GoogleMaps*, 2016.

Esses dois exemplos citados demonstram a diversidade de situações e casos que tornaram difícil precisar o tema da pesquisa no primeiro momento. A urbanidade, tal como era entendida no princípio do estudo, parecia um tema bastante sensível para a realidade brasileira, sobretudo quando se tinha em conta a falta de qualidade físico-espacial dos espaços abertos de muitas cidades nas quais os campi eram implantados. Nesse entendimento, a urbanidade estaria associada, claramente, à qualidade espacial.

Outro ponto de interesse estava relacionado às interações humanas nos espaços abertos e coletivos da cidade. Havia a intuição de que os espaços abertos deveriam ter certo protagonismo, mas não havia clareza sobre as diferentes formas de interação dos humanos com seus espaços, nem deles entre si, nos espaços. Assim, mesmo ainda no meio da nebulosa, as desconfianças existentes nos faziam considerar o desenvolvimento de uma pesquisa que partisse do social para o espaço, não o inverso. Em outras palavras, a ideia era investigar como os diferentes atores humanos interagem no espaço. Na sequência, procuraríamos compreender como o espaço teria relevância para essas interações humanas. Por isso, desde o princípio, tivemos a clareza de que a Etnografia Urbana poderia oferecer-nos um instigante referencial teórico-metodológico.

## O INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO: ETNOGRAFIA URBANA E CONTRASTE DE CONTEXTOS

Dada essa primeira aproximação com o tema de estudo, ocorreu-nos a possibilidade de desenvolver a investigação sob a tutela de uma universidade

portuguesa. Ali, parecia-nos que tudo se tratava de outra disciplina... as problemáticas sensíveis para as cidades em Portugal não eram as mesmas das brasileiras. Questões como decréscimo demográfico, turismo predatório e internacionalização eram pautas relevantes mesmo para as pequenas cidades do país. Aliás, a definição de pequena, média e grande cidade já era completamente diferente dos parâmetros brasileiros.

Além disso, enquanto no panorama brasileiro, a imensa maioria dos campi seguem o padrão de campus periférico, em Portugal, há uma diversidade de situações de inserção das universidades na cidade, a exemplo da própria universidade onde iniciamos a investigação e que por pouco não se tornou estudo de caso, já que segue modos de inserção urbana diferentes nos três polos distribuídos pela cidade, sendo um deles uma tentativa não muito bem-sucedida de implantação de campus periférico.

Essa constatação de realidades completamente diferentes da nossa vivência anterior no Brasil e a daquele momento, em Portugal, colocou-nos diante da possibilidade de estudar dois campi, um brasileiro e outro português, em claro contraste de contextos (SKOCPOL, SOMERS, 1980). Para nós, ficou claro que a urbanidade, a partir do estudo das relações socioespaciais entre cidade e universidade mobilizava problemáticas e interesses diferentes, quando se tratava de um caso brasileiro ou português. E isso, a princípio, já nos fazia pôr em causa referenciais teóricos sobre o tema da urbanidade, visto que boa parte delas foram escritas a partir de realidades urbanas distintas da brasileira e, em muitos casos, até mesmo das portuguesas.

Após o primeiro ano de disciplinas no programa de doutoramento, o projeto de tese submetido à avaliação definia a utilização de dois estudos de caso, um português e um brasileiro, seguindo procedimentos etnográficos e análise por contraste de contextos. Na sequência, uma nova reflexão tomávamos: a pesquisa de campo do caso português seria desenvolvida em meio aos referenciais utilizados pelos acadêmicos portugueses. De semelhante modo, seria interessante que a pesquisa do caso brasileiro acontecesse em meio a uma imersão, novamente, nos debates e referenciais próprios dos estudiosos brasileiros. Nesse momento, pesava-nos o receio de perpetuarmos “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” (MARICATO, 2009). Diante disso, iniciamos um processo institucional de cotutela internacional.

## **A ESCOLHA DO ESTUDO DE CASO PILOTO: O CAMPUS DE SANTIAGO DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL.**

Para efetivação do acordo de cotutela, era necessário apresentar um plano de trabalho, no qual estivessem expressas as atividades a serem desenvolvidas no curso da investigação. Segundo o plano de trabalho acordado, os dois primeiros anos da investigação seriam realizados em Portugal, enquanto os anos seguintes seriam na instituição acolhedora, no Brasil. Além disso, seria necessário o cumprimento de um ano curricular de disciplinas em cada programa.

Em função do cronograma proposto pelo plano de trabalho, no segundo ano da investigação, ocupamo-nos com a revisão de literatura, no esforço de

construir um quadro de referência para aplicação da pesquisa de campo a ser desenvolvida ainda em Portugal. Dado o número reduzido de campi periféricos no país e a exemplaridade do Campus de Santiago da Universidade de Aveiro (Figura 2), localizado na cidade homônima, não foi difícil elegê-lo como caso de estudo.

Figura 2 – Vista aérea do campus de Santiago da Universidade de Aveiro (Portugal), a partir do Sul.



Fonte: Site institucional. Disponível em: <https://www.ua.pt>. Acesso: 19 out. 2021.

O plano para o campus de Santiago foi elaborado em uma prática laboratorial do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (CEFA) coordenado pelo arquiteto Nuno Portas, na década de 1980. Em diversas oportunidades, Portas tem destacado o papel estruturante dos espaços públicos e coletivos no urbano fragmentado (PORTAS, 1999, 2004; PORTAS et al, 2003), não só porque dão legibilidade ao espaço urbano, mas também porque permitem a flexibilidade necessária para o manejo da dinâmica urbana, na medida em que os espaços abertos e coletivos são mais permanentes do que as edificações (PORTAS, 1997/2005).

Essa compreensão foi levada para o plano do campus da Universidade de Aveiro (UA), no qual o “desenho do chão” (MENDES, 2013) era o elemento definidor do conjunto e não os edifícios, pois esses seriam construídos no ritmo das disponibilidades institucionais e segundo a liberdade plástica de cada projetista. Dessa forma, foram convidados vários arquitetos portugueses renomados para desenvolverem os projetos dos edifícios da UA, o que transformou o conjunto em uma rica coleção da arquitetura portuguesa contemporânea.

O campus de Santiago da UA é reconhecido internacionalmente como um exemplar conjunto de arquitetura universitária. Poderíamos enunciar que, nesse caso, o enquadramento paisagístico, as diversas edificações, bem como os espaços abertos do campus contribuem decididamente para um espaço

universitário de bastante qualidade espacial (Figura 2). Suporte para o conjunto edificado, os espaços abertos do campus foram pensados e construídos de modo a valorizar o fluxo de pedestres, o enquadramento paisagístico e a escala humana. Há uma variedade de ambiências espaciais que faz desses espaços da UA atrativos para diferentes atores humanos que desenvolvem no campus atividades cotidianas diferentes. É um campus integrado espacialmente com seu entorno imediato, pois praticamente não há barreiras físicas ou visuais. Não há restrições para o fluxo de pedestres entre o campus e sua área envolvente: a qualquer dia e horário é possível circular pelo campus.

Assim, por ter sido pensado e debatido em práticas laboratoriais em que se deu atenção especial aos espaços abertos e coletivos do conjunto, bem como às relações espaciais entre o campus e a cidade, o Campus de Santiago demonstrou-se um caso especialmente relevante para a investigação da integração socioespacial de campi periféricos com seus entornos imediatos. Outros fatores que nos levaram a escolher o campus de Santiago como estudo de caso estão relacionados a: I - sua posição nas bordas do tecido urbano da cidade de Aveiro, uma cidade média, para os parâmetros portugueses; II – a relevância da universidade para a cidade, pois ela mobiliza mais de 10 mil pessoas, entre alunos, estudantes e funcionários, enquanto o total populacional da cidade de Aveiro correspondia a cerca de 80 mil em 2018; III – a UA participa ativamente de processos de internacionalização e de competição universitária, fenômenos que têm aproximado cidade, universidade e vários outros atores em iniciativas que repercutem direta ou indiretamente nos espaços abertos do campus e de sua área envolvente.

## **O PROCESSO DE REVISÃO DE LITERATURA E O INÍCIO DA PESQUISA EMPÍRICA**

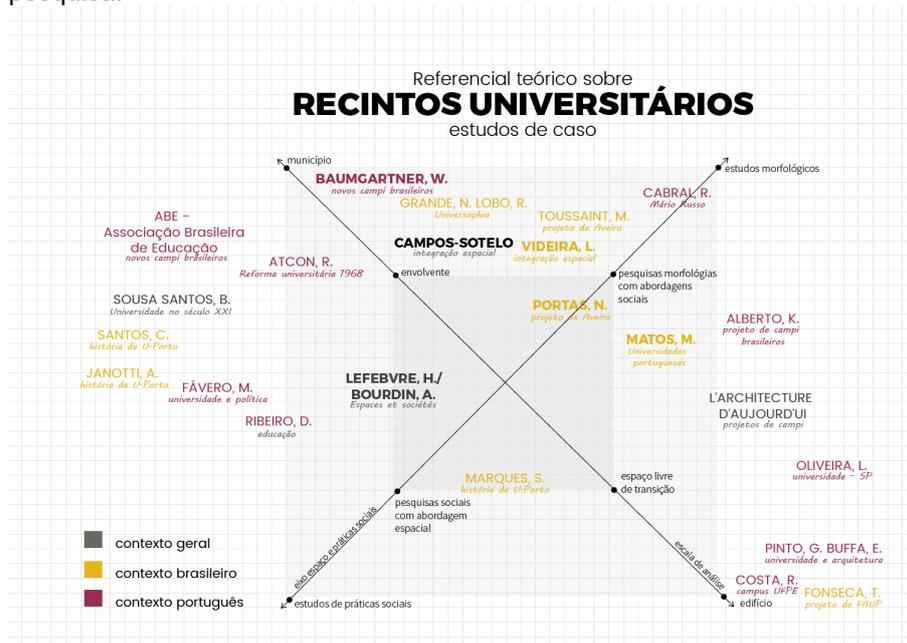
O processo de revisão de literatura para construção de um quadro de referência demonstrou-se inglório, visto que sobravam mais dúvidas do que certezas relativamente às categorias utilizadas em outras pesquisas. A ideia era partir da observação do social em situação, no campo, ao mesmo tempo em que havia uma desconfiança sobre a capacidade das categorias morfológicas existentes responderem efetivamente ao tema da urbanidade, ele próprio uma nebulosa teórica entre pesquisas ora com abordagens mais morfológicas ora mais sociológicas. Na Figura 3 temos um exemplo de um gráfico elaborado à época do início da pesquisa bibliográfica, em que tentávamos localizar os trabalhos existentes em função de eixos que consideram os polos “estudos de práticas sociais” e “estudos morfológicos” e as escalas espaciais das abordagens.

É importante destacar que não tínhamos conhecimento de qualquer pesquisa que relacionasse o tema da urbanidade como categoria de estudo a pesquisas sobre campus universitário, embora o termo inevitavelmente aparecesse na retórica argumentativa de diversos textos que tratavam das relações socioespaciais entre cidade e universidade (ZERLANG, 1999; REMY, 2007; BATALLA, MANZANO, 2017).

Normalmente abordado com mais afinco por estudiosos da Morfologia Urbana (NETTO, 2012), o termo urbanidade também frequentemente está

presente em trabalhos relacionados à etnografia urbana (FORTUNA, 2009, 2018), o que já sugere as diferentes possibilidades de encará-lo. A polissemia do termo é claramente ilustrada por meio de uma busca rápida entre publicações dos últimos 20 anos no periódico *Urban Studies*, ao encontrarmos títulos em que a urbanidade aparece como sendo simplesmente aquilo que é antagônico à ruralidade (LACOUR, PUISSANT, 2007), ou a expressão direta de peculiaridades histórico-sociais (ZARECOR, 2017), como no caso de cidades situadas em países do leste europeu; ou a questões relacionadas com estilos de vida (LATHAM, 2003); chegando mesmo a ser um *fator* de relevância para estudos acerca de estigmas em relação a doentes mentais (TA et al, 2016).

Figura 3 - Levantamento bibliográfico de estudos correlatos e tentativa de localização da pesquisa.



Fonte: a autora, 2016.

Se na atualidade não há uma única direção de sentido, ao longo do tempo o termo urbanidade comportou diferentes abordagens. De início, utilizado para significar comportamento cortês, boas maneiras, passou a servir como argumento em favor das relações proporcionadas pelos espaços públicos das cidades históricas, muito diferentes daqueles propostos pelo urbanismo funcionalista do século XX. De um modo ou de outro, há sempre qualquer coisa sobre os modos de estar nas coletividades dos espaços públicos da cidade.

Ainda no fim do primeiro ano letivo, dedicamo-nos a um Curso em Etnografia Urbana, ministrado na Faculdade de Letras da universidade portuguesa na qual estávamos vinculada. Somente depois desse curso e após conversas com a professora, percebemos que um estudo essencialmente etnográfico não caberia na investigação pretendida, pois o rigor que o método requer exigiria muito esforço que resultaria em respostas parciais às questões de pesquisa, que estava interessada nos comportamentos sociais, mas também na configuração físico-espacial dos próprios espaços abertos do campus. Aceitamos, então, que se tratava de um trabalho com “sensibilidade etnográfica”.

O avanço da revisão de literatura ainda representava mais dúvidas do que certezas, não encontrávamos uma base estável que servisse para construção de procedimentos da pesquisa empírica de modo a responder aos questionamentos que trazíamos na investigação. Contudo, pressionava-nos a urgência de conclusão da coleta de dados antes do retorno ao Brasil, para o cumprimento do período curricular sob a tutela da universidade brasileira. Por isso, coube-nos suspender o estudo bibliográfico para levar adiante a pesquisa de campo.

Embora a teoria não estivesse bem construída ainda, sabíamos das inquietações que nos levaram à investigação, tínhamos estudado bastante e até desenvolvido o curso já mencionado. Assim, desenvolvemos uma pesquisa de campo tendo em vista a dita “sensibilidade etnográfica”, com atenção para as situações observadas em campo, registrando cada visita em diário de campo e desenvolvendo entrevistas com informantes privilegiados. Mas, se tinha uma razão para que o método etnográfico não nos respondesse integralmente às questões de pesquisa, essa era porque precisávamos ter atenção também às configurações físico-espaciais do campus, seu entorno imediato e seus espaços abertos e coletivos. Para isso, tomamos como referência fichas de trabalho fornecidas pelo Instituto Gehl, que é comandado pelo arquiteto Jan Gehl, com longa trajetória de trabalho dedicado ao projeto e estudo dos espaços abertos da cidade (GEHL, 1971/2010), com atenção às atividades humanas nos espaços abertos e como esses espaços podem contribuir para a vida urbana (GEHL, SVARRE, 2013/2018).

## DAS INCERTEZAS EM TORNO DO TEMA

Ao longo da sessão anterior, ressaltamos as incertezas que persistiam durante a revisão de literatura e que nos acompanharam pelo estudo empírico, onde somaram-se a mais algumas. Mais adiante veremos que essas dúvidas acabaram por se tornarem um fio condutor da investigação. Por ora, cabe-nos apresentar brevemente algumas das dificuldades com as quais nos deparávamos.

De início, havia incertezas quanto ao espaço urbano, em outras palavras, **imprecisões sobre a ideia de cidade**. Na investigação, optamos por utilizar a denominação de “cidade emergente” para nos referir a um desenvolvimento urbano paulatino que ocorre a partir da implantação de um campus periférico. Contudo, a adoção desse termo não foi simples, pois existe uma verdadeira controvérsia sobre o ideário de “cidade” (PRATO, 2018), quando o território urbanizado se espalhou e a urbanização deixou de ser premissa de socio-materialidades específicas (DOMINGUES, 2010).

A efemeridade da urbanidade enquanto experiência urbana representava uma dificuldade especial de categorizar. Como aferir? Com que base poderíamos afirmar que determinada forma é mais propícia à urbanidade do que outra? Na descrição de campo de uma das visitas, escrevemos: “olho para obra em construção e penso que a urbanidade é um retrato temporal”. Em outro registro, uma experiência vivida no vagão de trem, leva-nos a questionar se as situações sociais, corriqueiras ou imprevistas, não eram mais relevantes para a experiência da urbanidade do que os próprios espaços onde ocorrem.

A compreensão da própria urbanidade como um temo que trafega entre o social e o espacial evidenciava uma dificuldade constante na compreensão desse social para o qual pretendíamos direcionar nossa atenção primeira. Nas abordagens que privilegiam as questões físico-espaciais, há uma tendência de tratar os aspectos sociais com certa estabilidade, como um bloco coeso e homogêneo. Mas como compreender esse social que se pretendia priorizar na investigação?

Outra dificuldade dizia respeito as nossas próprias **cegueiras cognitivas**, “cegueiras induzidas pelas nossas teorias, e até pela nossa disposição crítica” (INNERARITY, 2004/2009, p.37). Especificamente no que tange a área de atuação da arquitetura, a busca por uma definição precisa inibe a exploração dos arquitetos por campos do conhecimento que não reconhecem como de seus domínios. Jeremy Till (2009) chama a atenção para fazermos a necessária distinção entre arquiteto (*expert*); arquitetura como profissão; arquitetura enquanto prática; e arquitetura como produto. O autor denuncia uma crença referente a “uma série de elos direta e virtuosa ao longo da linha *expert*-profissão-prática-produto”<sup>2</sup> (ibid, p.155), contudo, para ele, o arquiteto perde gradualmente sua autoridade na medida em que aumentam as contingências em cada elo. Dessa forma, o elo mais fraco seria o último, no qual o espaço já construído é exposto a atuações muito além do controle do *expert*. Till afirma que a saída do domínio da certeza para o da incerteza é premeditada na arquitetura.

Essa realidade prática do campo disciplinar deixa rastros nos modos como esses profissionais pensam e teorizam sobre a cidade, geralmente em um esforço de purificar a complexidade do espaço construído para modos simplificados que possam permitir a manipulação de um léxico profissional reconhecível para a elaboração das proposições formais das quais costuma ocupar-se. Essa postura dos *experts* essencialmente focada nas valências da profissão dificulta a percepção de outros atores que participam da arquitetura ao longo de toda linha sugerida por Till.

Esses são apenas alguns dos questionamentos com que nos deparávamos enquanto desenvolvíamos revisão de literatura e a pesquisa empírica no caso português. Coletado o material necessário, chegara o momento do retorno ao Brasil, mesmo antes de iniciar o tratamento dos dados levantados.

## RETORNO AO BRASIL E A INCORPORAÇÃO DA TEORIA ATOR-REDE

Retomar atividades curriculares na universidade brasileira teve ganhos e desacertos. Foi necessário suspender temporariamente as pesquisas empíricas para mergulhar em leituras de novos referenciais, participar de novas discussões nas aulas, que ampliavam as problemáticas e traziam novos contributos ao percurso teórico que já havia desenvolvido até então. Paradoxalmente, enquanto ampliávamos as reflexões e a revisão de literatura, precisávamos fechar em um referencial teórico-metodológico que servisse de base para o tratamento dos

---

<sup>2</sup> No original: “...a direct and virtuous set of links along the line expert-profession-practice-product”.

dados já levantados. Em outras palavras, precisávamos construir um quadro de referência para analisar os dados, de modo que o caso português servisse como um piloto que orientasse à prática da pesquisa de campo no caso brasileiro.

Em meio à amplificação das problemáticas, não obtivemos êxito na síntese pretendida. A própria pesquisa de campo colocou-nos diante de novas perguntas, não previstas no projeto da tese. Alguns pressupostos teóricos e metodológicos comumente utilizados em estudos de urbanidade e espaços públicos não cobriam aspectos que tinham chamado nossa atenção nas atividades de campo no caso português. Ao fim do terceiro ano, restavam tantas pontas soltas que era necessário retornar à elucubração teórica para construir uma base consistente que desse conta das incertezas que se proliferavam.

Justamente quando sobravam incertezas, encontramos-nos com a Teoria Ator-Rede (ANT). A princípio, um tanto difícil de apreender, pois era bastante diferente de tudo o que havíamos estudado até então. Apesar disso, a ANT foi demonstrando-se promissora porque se prestava bem às dificuldades teórico-metodológicas da investigação, inclusive pela recusa de partir de um quadro de referência teórico pré-estabelecido, mas valorizar a investigação empírica.

Existem diversos atores que fazem uso da Teoria Ator-Rede nos estudos urbanos. Os textos de Farias (2011) e Guggenheim (2016), oferecem um amplo estado da arte a esse respeito. Em contrapartida, ainda são poucos os teóricos que utilizam a ANT para os estudos da urbanidade. Nesse sentido, destacamos a influência dos escritos do professor Paulo Rheingantz (2011, 2012, 2019), que influenciaram decididamente na adoção desse paradigma epistemológico nesta investigação, pois demonstram com clareza os contributos da abordagem da ANT para pensar a categoria da urbanidade. Juntamente com outros autores, ele lembra que “a urbanidade não é algo preexistente em ruas, pessoas, mapas..., mas é uma qualidade que emerge de processos de múltiplas associações” (RHEINGANTZ et al, 2019, p.6).

A Teoria Ator-Rede (ANT) teve sua origem no final da década de 1970, no meio de pesquisas sociais sobre as práticas laboratoriais e a construção de *fatós* científicos, em um campo disciplinar que passou a ser conhecido como Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS). A ANT foi elaborada em um contexto de pesquisa em que a teoria social tradicional se mostrava incapaz de atender às demandas de interpretação de um mundo repleto de objetos tecnológicos e de inovações. A ANT não deve ser entendida como uma teoria na qual um corpo teórico dará bases para a compreensão de um dado fenômeno, a ser aplicado em atividades de verificações em campo. Alguns a classificam como método, o que também não deixa de trazer certo engano, pois a ANT não estabelece um protocolo de passos a ser seguido. Ignácio Farias (2011) propõe considerá-la um paradigma, pois oferece uma postura ontológica que dá suporte a uma investigação empírica.

A Teoria Ator-Rede também é conhecida como uma sociologia da tradução (LAW, 1992). O princípio de tradução propõe uma substituição ao costumeiro corte epistemológico entre as ciências e o restante da existência. Em oposição, Latour (2010/216) argumenta como o curso de uma ação é sempre composta por uma série de desvios técnicos. Ao se deter nas humanidades da produção científica, esse autor vai demonstrar como as verdades científicas são desenvolvidas a partir de interesses políticos e são construídas por sofisticados

desvios técnicos. Assim, ele define traduzir como “transcrever, transpor, deslocar, transferir e, portanto, transportar transformado” (ibid, p.30).

Enquanto atores sociais, o curso de ação de cada um de nós é composto por desvios técnicos que tornam híbridas as fronteiras entre o que é do mundo da política, da técnica e da ciência: “quanto mais avançamos no tempo, *menos fica possível* distinguir a ação humana, o uso das técnicas, a passagem pelas ciências e a invasão da política” (ibid, p.63). No mesmo texto, Latour dá como exemplo a atuação de um vereador municipal, que dificilmente defenderá uma posição na Câmara sem antes verificar o parecer de um urbanista ou sociólogo.

A adoção da ANT reflete na compreensão de que a simples oposição entre espaço e sociedade como duas totalidades compreensíveis já não faz sentido para além de uma possibilidade de abstração teórica. Farias (2011) ainda evidencia como a própria noção de escala, tão necessária aos estudos urbanos, é produto de construções sociais, uma estruturação do pensamento, ou seja, um desvio técnico de tradução, um modo de transpor transformado. Essa contraposição é bem demonstrada em *Paris: Invisible City* (LATOURE, HERMANT, 2006), quando os autores mostram as limitações e desvios necessários para representar espacialmente Paris como uma totalidade que, de outro modo, é composta por inúmeras redes sociotécnicas necessárias para a manutenção da cidade enquanto realidade sociomaterial.

As investigações que lidam com a realidade contemporânea, encontram-se frente a uma dificuldade patente na apreensão das novas associações de atores que configuram o social, pois as fronteiras entre grupos já não são bem definidas, há uma multiplicidade de entidades nem fixas nem estáveis a serem consideradas, acompanhadas de uma proliferação de inovações. Diante disso, “a última coisa a fazer seria limitar de antemão a forma, o tamanho, a heterogeneidade e a combinação das associações” (LATOURE, 2012, p.31).

Ao nos referirmos a redes sociotécnicas, admitimos a heterogeneidade da rede, já que a sociedade necessita de uma base material para existir (LAW, 1992), o que significa afirmar que a interação entre humanos é sempre mediada por objetos. Diante disso, não há diferença entre pessoas e objetos enquanto atores sociais: “tudo o que existe pode ser considerado como um ator ou um actante [...] todos os objetos no cosmos estão no mesmo nível” (HARMAN, 2007).

Contudo, ressaltamos que esse é um princípio analítico e não uma postura ética (LAW, op cit). Nessa perspectiva, o social é entendido como um emaranhado de associações entre humanos e não-humanos, pois esses participam do social e fazem com que os humanos atuem. A colocação de atores humanos e não-humanos em paridade (de estudo), permitia-nos a compreensão de coisas, animais, objetos e o próprio espaço como actantes sociais, não como entidades neutras. Essa era uma das questões que nos ocupava, após verificar em campo que muitas categorizações invisibilizariam a atuação de animais domésticos e telefones celulares, por exemplo, no nosso entender, actantes atuantes na urbanidade do Campus de Santiago. Tanto é assim que no registo de campo de uma das visitas realizadas, escrevemos: “a urbanidade está onde a *wi-fi* está”. Definitivamente, uma pesquisa ANT é caracterizada pela incorporação dos atores não-humanos, não apenas como projeções simbólicas, mas como entidades com agência.

Cada vez mais, pensar o espaço urbano tem sido admitir que não estamos a nos referir apenas a seus aspectos físicos e materiais, que há relações sociais importantes a serem consideradas. Entretanto, o social não deve ser colocado em oposição à materialidade do espaço construído do urbano, mas sim como mediado e, inclusive, possibilitado por ela (FARIAS, 2011). Conforme explica Rheingantz (et al, 2019, p.6), “associações de entidades urbanas produzem realidades emergentes que colidem, sobrepõem e interferem umas nas outras”.

Além disso, o paradigma da ANT combina-se bem com as ferramentas da Etnografia Urbana. Porém, a Teoria Ator-Rede não oferece uma lista de passos a serem seguidos, uma metodologia operativa que se aplica na coleta, tratamento e análise de dados. Tampouco existem muitos referenciais que se valham da ANT para o estudo da urbanidade, de maneira que dar o primeiro passo na trilha desse novo paradigma era também uma dificuldade, já que as incertezas teóricas e empíricas somavam-se e paralisavam-nos. Assim, tomando de exemplo o próprio Bruno Latour, resolvemos partir pelas incertezas. No livro “Reagregando o Social” (LATOURE, 2012), no qual o autor se propõe a explicar a ANT, Latour apresenta as cinco fontes de incertezas que estruturam sua teoria e justificam sua proposta de seguir controvérsias para compreender o social. Assim, resolvemos juntar as incertezas que se nos apresentavam tanto pela revisão de literatura quanto pela empiria. Na figura 4, apresentamos um desenho esquemático da pesquisa em que situamos a problemática da urbanidade por meio dos espaços abertos do campus universitário localizada entre urgências e incertezas.

Figura 4 – Desenho esquemático do problema de pesquisa



Fonte: a autora, 2020.

Na tentativa de seguir as controvérsias, iniciamos uma segunda fase de pesquisa empírica que compreendia o levantamento de notícias de jornais, com o intuito de descobrir as associações, coletivos, atores, interesses e controvérsias envolvidos com os espaços abertos do estudo de caso português. A partir da leitura da ANT e das demais, restava-nos evidente que as situações observadas, sem o rigor etnográfico de quem participa de perto e de dentro, de forma continuada dos grupos analisados, só poderiam ser entendidas como vestígios de urbanidade. Indicativos, mas que o conhecimento das associações dos diversos atores poderia trazer mais luz às observações diretas realizadas em campo.

O levantamento de notícias garantiu-nos uma maior compreensão do social, o conhecimento de alguns atores e coletivos atuantes nos espaços, os interesses e algumas controvérsias que mobilizam a atuação desses atores. Apenas como exemplo, por meio desse levantamento, pudemos reconhecer a importância de atores não-humanos como bicicletas nas urbanidades de Aveiro, que geram interesses de diferentes associações e coletivos humanos; intervenções públicas sobre os espaços de entorno da universidade, diversos programas institucionais e turísticos, eventos, pontos de concerto no campus, além de estar relacionado a tecnologias informacionais por meio de uma iniciativa de coleta de dados dos utilizadores de bicicletas com o intuito de desenvolvimento de pesquisas sobre o espaço urbano e as práticas dos ciclistas.

## **PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES E LIMITAÇÕES DOS CAMINHOS ADOTADOS**

A urbanidade encarada como categoria de estudo, não deve ser objetivada ao ponto de suprimirmos as complexidades. A simplificação, a divisão em categorias purificadas que separam atributos espaciais das dinâmicas sociais embora seja um recurso que nos ajuda a simplificar a questão, não responde, pois passamos a tratar o espaço como algo purificado, desprovido de atuação social.

A incorporação da ANT permite-nos considerar diversos actantes não-humanos com agência sobre o social, inclusive a própria configuração físico-espacial. O não estabelecimento de um quadro de referência anterior à pesquisa de campo permite-nos acessar situações, atores ou mediações que poderiam ficar invisibilizadas por categorias previamente estabelecidas. Nesse sentido, podemos citar a atuação de automóveis como mobiliários urbanos ou enumerar as diversas situações em que os smartphones podem mediar as relações dos humanos com os espaços urbanos, como pudemos registrar nas observações de campo no estudo de caso.

O levantamento de notícias contribui para calibrarmos a pesquisa empírica, de modo a driblar conclusões que podem partir de percepções meramente pessoais quando se faz observação *in loco*. Em oposição, a investigação das notícias pode evidenciar interesses, controvérsias e mediações não previstas durante as observações de campo.

Uma limitação em relação ao uso da ANT, além do desafio que ela própria impõe ao investigador, desprovido de um quadro de referência inicial, diz

respeito ao próprio princípio de simetria entre os diversos atores humanos e não-humanos. Nomeadamente, no caso de campi universitários, não podemos negar o poder de atuação de alguns atores sobrepondo-se a outros, tema que não encontra tanto lastro na abordagem da ANT, que considera os múltiplos atores e coletivos em paridade. Por isso, vale-nos manter em perspectiva abordagens que considerem o papel estruturante da economia global e seus interesses na sociedade do conhecimento (OCDE, 1996), que coloca universidades e cidades em lógicas de competição global.

## **PANDEMIA E REARRANJO DA INVESTIGAÇÃO**

Definido esse novo caminho de pesquisa, restava-nos a análise dos dados levantados na pesquisa de campo em Aveiro e o início das atividades empíricas para o caso brasileiro, programadas para março de 2020. Por acaso, esse foi o mesmo mês em que um novo actante social modificou completamente o desenvolvimento da investigação: o coronavírus.

O efeito da pandemia de Covid-19 teve profundo impacto nas interações dos humanos entre si e desses com seus espaços abertos e coletivos urbanos. Os estabelecimentos de ensino, em todo mundo, foram os primeiros lugares a encerrarem suas atividades presenciais. No Brasil, precisamente em março de 2020, as atividades presenciais em campi universitários foram suspensas (e permanecem assim até o momento em que escrevemos este texto). São estabelecidas regras de isolamento social, os atores humanos passam a interagir ainda mais por meio de dispositivos tecnológicos...

A contingência da pandemia de Covid-19 representou novo rearranjo para a investigação, que acabou por tornar-se uma pesquisa de caso único. Em compensação, confirmou a adoção do paradigma da ANT, pois não foi um ator humano que impeliu uma mudança generalizada nos comportamentos sociais nos espaços abertos da cidade, mas um microrganismo. Além disso, ficou ainda mais evidente o papel mediador dos dispositivos de tecnologia da informação, que apesar de sabido pelos teóricos que se debruçam sobre o tema da urbanidade, muitas vezes não cabem nas categorias de análises socioespaciais mais recorrentes.

No presente, não somos capazes de prever como os atores humanos passarão a interagir com os espaços abertos da cidade em um mundo pós-pandemia. Muito menos, o papel que grandes entidades espaciais como campi universitários poderão desempenhar nas urbanidades humanas. Nem mesmo os efeitos sobre o ensino superior presencial, visto que a necessidade de aulas à distância colocou em evidência uma tendência que já se vislumbrava. Diante de todas essas projeções, é preciso admitir a possibilidade de que elas ponham em xeque as próprias conclusões da investigação.

De nossa parte, temos um palpite (e uma esperança), de que a materialidade e a imprevisibilidade dos espaços abertos da cidade vão desempenhar um poder de atração ainda maior, em um mundo saturado de virtualidades e temporariamente privado dos encontros banais que alimentam as urbanidades dos indivíduos urbanos. Quando esse momento chegar, esperamos que toda essa digressão entre incertezas, esses caminhos desviantes a que nos

propusemos, possam contribuir na reflexão sobre a urbanidade como categoria de estudo, a relevância dos espaços de fronteira e a responsabilidade urbana dos campi universitários.

## REFERÊNCIAS

BATALLA, Cecilia Ribalaygua. MANZANO, David Cabrera. Espacios Libres Universitarios: experiencia internacional en su tratamiento como entornos de innovación y aprendizaje. In: *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales – CyTET*. Vol. XLIX. Cuarta época. Nº 192, verano 2017. Gobierno de España. p. 319-334.

DOMINGUES, Álvaro. A Rua da Estrada. In: *Cidades – Comunidades e Territórios*. Dez. 2010. n.20/21. pp. 59-67. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3461/1/Cidades2010-20-21\\_Domingues.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3461/1/Cidades2010-20-21_Domingues.pdf). Acesso: 12 jul. 2021.

FARÍAS, Ignacio. Ensamblajes urbanos: la TAR y el examen de la ciudad. *Athenea Digital* - 11(1): marzo 2011. p.15-40.

FORTUNA, Carlos. Cidade e Urbanidade. In: FORTUNA, C. LEITE, R.P. (org). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p.83-97.

FORTUNA, Carlos. *Cidades e Urbanidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.

GEHL, Jan. (1971) *Life between buildings, using public space*. Translated by Jo Koch. Skive: The Danish Architectural Press, 2010. 6 ed.

GEHL, Jan. SVARRE, Brigitte. *A vida na cidade: como estudar*. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GUGGENHEIM, Michael. Im/Mutable Im/Mobiles. From the Socio-Materiality of Cities towards a Differential Cosmopolitics. In: BLOK, A. FARIAS, I. (ed.). *Urban Cosmopolitics. Agencements, Assemblies, Atmosphere*. London: Routledge, 2016. p.63-81.

HARMAN, Graham. The importance of Bruno Latour for philosophy. *Cultural Studies Review*. Online. V.13, n.1, 2007, p.31-49. Disponível em: <<https://doi.org/10.5130/csr.v13i1.2153>>. Acesso: 23 set. 2019.

INNERARITY, Daniel. (2004) *A sociedade invisível. Como observar e interpretar as transformações do mundo actual*. Lisboa: Editora Teorema, 2009.

LACOUR, Claude. PUISSANT, Sylvette. Re-Urbanity: Urbanising the Rural and Ruralising the Urban. *Environment and Planning A: Economy and Space*. V.39, n.3. 2007. Online. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a37366>>. Acesso: 06 jun. 2021.

LATHAM, Alan. Urbanity, Lifestyle and Making Sense of the New Urban Cultural Economy: Notes from Auckland, New Zealand. *Urban Studies*. V.40, n.9, 2003. Online. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/0042098032000106564>>. Acesso: 06 jun. 2021.

LATOUR, Bruno. (2010) *Cogitamus, seis cartas sobre as humanidades científicas*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016. 1 ed.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. 1 ed. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. HERMANT, Emilie. (1998) *Paris: invisible city*. Traduzido do francês por Liz Carey-Libbretch e corrigido por Valérie Pihet. 2006. Online. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/node/95.html>>. Acesso: 01 nov. 2019.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. In: *Systems Practice*, n.5, 1992. p.379-393. Disponível em: <<http://heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActorNetwork.pdf>>. Acesso: 12 set. 2019.

LEFEBVRE, Henri. L'irruption de Nanterre au sommet. In: *L'Homme et la société*, Nº 8, 1968. Au dossier de la révolte étudiante. p. 49-99. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/homso\\_0018-4306\\_1968\\_num\\_8\\_1\\_3105](http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1968_num_8_1_3105)>. Acesso: 04 dez. 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDES, Sérgio Correia de Araújo Almeida. *A revisão do plano geral da Universidade de Aveiro e a construção do campus de Santiago*. Tese (Doutorado em Arquiteturas e Projetos Arquitetônicos) – Universidad de Valladolid. Valladolid, 2013. 470p.

NETTO, Vinicius. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, D. NETTO, V (org.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.33-59.

OCDE. *The Knowledge-Based Economy*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and development, 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD%2896%29102&docLanguage=Em>>. Acesso: 29 jan. 2020.

PORTAS, Nuno. (1997) A formação urbana de Vila Viçosa: um ensaio de interpretação. In: PORTAS, N. *Os tempos das formas vol. I: a cidade feita e refeita*. Guimarães, Universidade do Minho, 2005. p.55-66.

PORTAS, Nuno. Espaço público y ciudad emergente. In: *La arquitectura del espacio público, formas del pasado, formas del presente*. Sevilha: Junta de Andalucía/Triennale di Milano, 1999. p.55-57.

PORTAS, Nuno. (2003) De una ciudad a otra: perspectivas periféricas. In: RAMOS, A.M. (ed.). *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Edicions UPC, 2004. p.221-229.

PORTAS, Nuno. BARATA, J. P. Martins. A Universidade Na Cidade: Problemas Arquitectónicos e De Inserção No Espaço Urbano. In: *Análise Social*, V. 6, Nº. 22/24, 1968, p. 492–509. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/41008315](http://www.jstor.org/stable/41008315)>. Acesso: 03 dez 2019.

PORTAS, Nuno. DOMINGUES, Álvaro. CABRAL, João. *Políticas Urbanas 2: transformações, regulações e projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PRATO, Giuliana B. European Urban Traditions: an Antropologist's View on polis, urbs and civitas. *Diogenes*. I-II, fev. 2018. Online. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0392192117740023>>. Acesso em: 25.05.2019

RAMOS, A.M. (ed.). *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

REMY, Jean. *Louvain-la-Neuve, une manière de concevoir la ville: Genèse et évolution*. Online. Louvain-la-Neuve: Presses universitaires de Louvain, 2007. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pucl/962>>. Acesso: 04 dez 2019.

REMY, Jean. VOYE, Liliane. (1992) *A cidade: rumo a uma nova definição?*. Tradução de José Domingues de Almeida. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. O [controverso] significado de urbanidade. *Colóquio de Pesquisa do Proarq*, v.1. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.prolugar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/2011-proarq-coloq\\_pesq-o-controv-signif\\_urbanidade.pdf](http://www.prolugar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/2011-proarq-coloq_pesq-o-controv-signif_urbanidade.pdf)>. Acesso: 06 jun. 2021.

RHEINGANTZ, Paulo. Narrativas ou Traduções de Urbanidade. In: AGUIAR, D. NETTO, V (org.). *Urbanidades..* Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.135-161.

RHEINGANTZ, Paulo A. PEDRO, Rosa M.L.R. ANGOTTI, Fabíola B. SBARRA, Marcelo H. GUERRA, Juliana M. Contributions of science–technology studies and actor–network theory to urban studies. *Area Development and Policy*, 2019. DOI: 10.1080/23792949.2019.1631196. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23792949.2019.1631196>>. Acesso: 16 set. 2019.

SKOCPOL, T; SOMERS, M. The uses of comparative history in macro-social inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, v.22, nº2, 1980, p.174-197.

TA, T. M. T. ZIEGER, A. SCHOUMERUS, G. CAO, T.D. DETTLING, M. DO, X.T. MUNGEE, A. DIEFENBACHER, A. AGERMEYER, M.C. HAHN, E. Influence of urbanity on perception of mental illness stigma: a population based study in urban and rural Hanoi, Vietnam. *International Journal of Social Psychiatry*. Online. V.62, n.8, 2016.p.685-695. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020764016670430>>. Acesso: 07 jul 2020.

TILL, Jeremy. *Architecture Depends*. Cambridge: MIT Press, 2009.

ZARECOR, Kimberly Elman. What Was So Socialist about the Social City? Second World Urbanity in Europe. *Journal of Urban History*. Online. V.44, n. 1, 2017. p.95-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0096144217710229>>. Acesso: 07 jul 2020.

ZERLANG, Martin. The university and the city. *GeoJournal*. V.43. Nº 3. Online. Kluwer Academic Publishers, 1997. p.241-246. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A%3A1006825013983>>. Acesso: 06 dez. 2019.